

Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia – conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença

*Assunção José Pureza Amaral**

Resumo

O trabalho é resultado de pesquisa que envolveu revisão bibliográfica e pesquisa de campo na região do médio Amazonas; os atores sociais envolvidos são os quilombolas; o cenário da pesquisa é a região do médio Amazonas; a proposta visa discutir a seguinte questão problema: como as práticas cotidianas e a organização, relacionadas à ocupação do espaço e ao uso do território, pelas comunidades remanescentes de quilombo, influenciam a dinâmica sócio-ambiental.

Palavras-chave: Quilombo. Organização. Amazônia.

As informações contidas neste artigo são resultado de pesquisa de campo¹ realizada em seis viagens e visitas feitas, entre 2003 a 2005, às comunidades negras do município de Santarém-PA, sobretudo às comunidades remanescentes de quilombo Bom Jardim e Saracura. Apesar de termos feito várias visitas às comunidades, somente a partir da quarta visita, em 2004, passamos mais tempo com os moradores, vinte dias aproximadamente, onde aplicamos questionários e vivenciamos a forma de lidar com as questões políticas, sociais, culturais e ambientais; foram selecionadas vinte famílias, aplicados vinte formulários, um a cada família e feitas observações direto no local.

De quilombo à remanescente

As discussões sobre quilombo exigem uma reflexão específica tendo em vista que ao longo das últimas décadas este termo, bem como seu significado, vem sendo amplamente discutido, questionado e reconceituado. A partir dos processos de aprendizagem e mobilização política do final do século XX, os quilombolas foram “ressurgindo” no Brasil (ARRUTI, 1997; ALMEIDA, 1998).

Estamos diante de uma luta simbólica, luta por fazer valer certo ponto de vista que embora, a princípio, seja criado por instituições ou por pessoas, tem o poder de aparecer como algo objetivo, independente do processo de criação. São visões do movimento social organizado, das organizações rurais, do Estado, do meio jurídico, das diversas áreas da academia, dentre outras.

De acordo com Glória Moura (1999), o termo vem de *kilombo* “uma sociedade iniciática de jovens guerreiros *mbundu* adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizados de suas comunidades”.

Em seu *Vocabulário Crioulo*, Vicente Salles (2003, p.222), apresenta quilombo como “povoado de ex-escravos negros foragidos; coletivo de mucambo, que é a habitação propriamente dita. Os termos se confundem, como se fossem sinônimos, na documentação histórica do Pará e quase sempre são usados indiferentemente”.

Se, de um lado, temos uma definição etimológica da palavra quilombo, a dinâmica e a realidade do final do século XX e início do século XXI vêm exigindo, de outro lado, novas discussões acerca desse conceito, de sua semântica e elaboração de outras categorias correlatas.

Alfredo Wagner Almeida (1998) faz uma análise antropológica e histórica do conceito de quilombo. Para ele, o conceito de quilombo manipulado no Brasil Colonial era: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda, que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (resposta dada ao Rei de Portugal em consulta ao Conselho Ultramarino, em 1740).

Almeida destaca alguns elementos presentes naquela definição: 1) vínculo a escravos fugidos; 2) quantidade mínima de fugidos; 3) localidade marcada pelo isolamento geográfico (ou dificuldade de acesso, estando próximo ao mundo natural e selvagem em oposição ao mundo dito “civilizado”); 4) a presença de “rancho”, morada, benfeitoria; “nem se achem pilões nele” (sendo o pilão um instrumento que transforma o arroz, representa o autoconsumo, a reprodução; é um instrumento de práticas educativas).

O conceito de quilombo no Brasil Imperial, de acordo com Almeida (1998), não mudou, alterou apenas o número de “fugidos”, a partir do ponto de vista dos dominantes, sem qualquer tipo de ênfase que levasse a uma reflexão científica e a políticas públicas aos atores dos quilombos.

O conceito de quilombo no Brasil República, 1888 – às vésperas de 1889, ano da assinatura da lei Áurea e da abolição oficial da escravatura - desaparece do meio jurídico, foi ignorado, embora continuassem existindo quilombos no país, mas estes tiveram pouca visibilidade.

O conceito de quilombo, na Nova República Brasileira e com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - às vésperas dos 100 anos da assinatura da lei Áurea e da abolição oficial da escravatura - mais especificamente com o Art. 68 do ADCT - Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias - reaparece escrito como comunidade remanescente de quilombo. “Remanescente” pode levar a idéia e ao sentido de “fóssil”, “sobrevivência”, “sobra”, “resto”, “resíduo”; refletindo, portanto, uma idéia “frigorificada” do termo, de acordo com Alfredo Wagner de Almeida (1998).

A palavra quilombo vem ganhando outros significados e tantos são os outros significados que eles não cabem mais na palavra quilombo; alterando assim, a própria palavra quilombo. Esses diversos conceitos são problemáticos dentro da literatura, no meio social e na produção do conhecimento. A dinâmica na formulação de nomeações é carregada de valores, de ideologias, ou como diz Bourdieu, de poder simbólico, conflitos e lutas simbólicas travadas por grupos com interesses diferentes e divergentes do ponto de vista de classe, de raça, de ideologia política.

Vemos surgir uma diversidade de conceitos, palavras e categorias ligadas, de um lado, ao conceito de quilombo, de outro, negando-o e solicitando uma nova construção; hoje, fala-se em quilombo, mocambo, quilombo contemporâneo, quilombo moderno, comunidade negra, comunidade rural negra, comunidade afro-descendente, terra de preto, terra de santo, bairro rural negro (ou de negro), comunidade remanescente de quilombo, entre outros².

Esses conceitos referem-se a interações sociais e culturais realizadas em determinados territórios por descendentes de africanos, marcados pela presença de suas identidades, com experiência e prática educativas próprias. Nesse sentido, o termo quilombo vem ganhando outros significados e mudando, de acordo com os avanços dos estudos etnográficos e das ações por parte do poder público.

Apesar de a nova etnografia apontar uma diversidade de elementos que caracterizam cada um dos quilombos, mocambos ou comunidades negras, há elementos que estão presentes na maioria deles, a exemplo de etnicidade, território, mobilização política, liberdade, trabalho, etc.

Para Bandeira (1990)³, em se tratando de populações negras, o controle sobre a terra é exercido coletivamente, o que define a

territorialidade a partir de limites étnicos formados por meio de parentesco, co-participação de valores, de práticas culturais, por solidariedade e pela reciprocidade diante de enfrentamento de situação de alteridade imposta pelo branco.

A territorialidade das populações negras se expressa por meio da identidade étnica de cada grupo que a constitui. Em tais comunidades, a posse da terra se efetiva tendo estes sujeitos coletivos configurados como grupo étnico e sujeitos sociais. Não é uma apropriação particular, nem posse por pessoa física, “não se circunscreve à esfera do direito privado. A terra coletivamente apropriada configura um *bem público das comunidades negras*, não sendo por oposição bem ou propriedade privada dos seus membros” (BANDEIRA, 1990, p.9).

No Censo do IBGE de 1980, tem-se uma definição daquilo que esta instituição classifica como “terras de preto”, conforme apresenta Glória Moura (1999), vejamos:

As denominadas terras de preto compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formação jurídica, às famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderar individualmente (MOURA, 1999, p.101).

Os domínios das “terras de preto” ocorreram por vários meios, podem ter sido “doados, entregues ou adquiridos” aos/pelos descendentes de africanos, neste caso, descendentes de negros. Por outro lado, é importante frisar que, de acordo com a análise de Alfredo Wagner de Almeida (1989), os quilombos fazem parte ou integram a denominada “terra de preto”, e esta, por sua vez, representa uma das formas de uso comum de terra. Para ele, “terras de preto”:

compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a

tais famílias, mediante à prestação de serviço guerreiro. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente (...). A expressão *terra de preto* alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombo e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneçam em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos (ALMEIDA, 1989, p.174-175).

Além dos elementos discutidos, Almeida destaca as concessões feitas pelo Estado às “famílias, mediante a prestação de serviço guerreiro” como possibilidade de formação de “terras de preto”; os descendentes destas famílias permanecem nas terras por várias gerações, mas “sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente”, o que dá um caráter de terra coletiva, de comunidade aos grupos que ocupam aquele espaço social.

“Terras de preto” abrangem, “ainda antigos quilombos e áreas de alforriados... que permaneçam em isolamento relativo”, mantendo ainda “regras de uma concepção de direito” que orientam e levam o grupo a uma apropriação comum dos recursos produzido ou apresentados pelo espaço social, pelo meio ambiente e pelo meio socialmente ocupado. A categoria teórica *terras de preto*⁴ apresentada e discutida por Alfredo Wagner representa uma possibilidade de interpretação da realidade, no caso, dos grupos que se autodenominam quilombolas.

No passado, cada comunidade negra, cada quilombo ou mocambo, no seu espaço social e território, desenvolveu sua forma particular de viver a liberdade, suas práticas educativas, de lutar contra as condições materiais e simbólicas anteriores. Em alguns deles, os quilombolas praticavam agricultura, produziam alimentos; em outros, criaram pequenas oficinas para a fabricação de roupas, móveis ou instrumentos de trabalhos; em outros viviam da extração de recursos naturais e florestais, usavam os recursos oferecidos pelos rios e matas.

Muitos deles negociavam com comerciantes das cidades, ou com “regatões” e até mesmo com autoridades administrativas (Cf. REIS; SILVA, 1989; SALLES, 1988; FUNES, 1995; ACEVEDO; CASTRO 1998), mostrando diversas possibilidades e caminhos traçados pelos grupos que iam *habitualizando* uma forma de ser, isso de acordo com o tempo e com a legitimidade da organização dos agrupamentos no território ocupado. Aliás, território e territorialidade representam elementos indispensáveis para compreender as comunidades remanescentes, porque a eles se articulam outros elementos como etnicidade e identidade, conforme aplicados em vários estudos (ACEVEDO; CASTRO 1998, 1989; ALMEIDA, 2002; LEITE, 2002; O’DWYER, 2002; BRASILEIRO; SAMPAIO, 2002; SOUZA, 2002; O’DWYER; CARVALHO, 2002; BANDEIRA; DANTAS, 2002; PEREIRA, 2002). Dória e Siglia Zambrotti afirmam que:

Na prática acadêmica sobre a identidade de negros com condições de vida rural, em inúmeros outros, as representações sobre etnia e identidade estão articuladas à questão fundamental da territorialidade. Esta subsistiria também como uma categoria de cognição na cultura, operacionalizando na prática o processo de identificação do direito dos diversos sujeitos ao território (DÓRIA e SIGLIA apud MATIELO, 1997).

Referindo-se aos atuais remanescentes de quilombos ou mocambos, Glória Moura (1999, p.100) apresenta uma definição daquilo que ela chama de quilombo contemporâneo:

Pode-se definir quilombo contemporâneo como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os negros dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antecedentes passados, religiosos ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimentos explícitas, com consciência de sua identidade étnica.

Alguns aspectos importantes são destacados nessa definição de “quilombo contemporâneo” apresentado por Moura: 1) o fato de

serem “comunidades negras rurais”, o que diferencia de uma vila ou morro urbano, portanto uma visão específica e fechada acerca do quilombo; 2) o fato de eles serem habitados por descendentes, diretos ou não, de escravos negros ou afro-descendentes, o que delimita bem a identidade do grupo; 3) o fato destes “descendentes de escravos” manterem laços de parentescos, consangüíneo ou não; 4) o fato de viverem “em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo”, o que diferencia daquela definição limitada da tradição colonial de quilombo caracterizado pela “fuga de escravos” para “lugares isolados”, para incluir na conceituação de quilombo moderno terras compradas ou doadas aos afro-descendentes; 5) a valorização das “tradições culturais dos antecedentes passados, religiosas ou não”; 6) o fato de possuírem histórias comuns; 7) terem “normas de pertencimentos explícitas” e 8) o fato de terem “consciência de sua identidade étnica” ou de sua etnicidade.

Conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença

A partir da década de 1980, sobretudo, da de 1990, pesquisas desenvolvidas apontaram centenas de comunidades negras localizadas nas diversas meso-regiões da Amazônia, em especial no estado do Pará (REIS; GOMES, 1996; ACEVEDO-MARIN e CASTRO, 1998; ALMEIDA, 1998; CASTRO, 1999; BEZERRA-NETO, 2001).

Na região do médio Amazonas paraense, oeste do Pará, outrora conhecida como baixo Amazonas, encontra-se dezenas de comunidades remanescentes de quilombos. Já na década de 1980, durante a realização dos *Encontros Raízes Negras*, ocorridos no médio Amazonas, percebemos a preocupação com a questão ambiental na pauta de discussão dos eventos.

Como podemos perceber, através de documento expresso e registrado no *Relatório do Segundo Encontro Raízes Negras* realizado na comunidade de Jauary-Oriximiná-PA em 1989, o discurso sobre

o meio ambiente aparece como uma das preocupações nas falas dos representantes das comunidades negras:

Queremos lembrar que o nosso prefeito, quando se expressou, lembrou da preservação do meio ambiente. E, é muito bom que lembremos de pensar um pouco para amanhã discutirmos sobre este assunto (Rodrigues Silva).

Nós não podemos viver sem terra. Não podemos viver sem peixe. Não podemos viver com ar poluído. Senão nós negros, vamos acabar morrendo, como nossos antepassados morreram. Por isso, nós companheiros, temos que abrir os nossos olhos e como negro tomar consciência e junto com as autoridades que possam nos ajudar, defender o meio ambiente, a nossa Amazônia, a nossa região (Sr. Joaquim).

Nessa dinâmica dos mocambos ou quilombos redefinidos como comunidades remanescentes de quilombo, a partir de suas próprias organizações, percebemos que em suas reivindicações incluem-se organização étnico-racial, cidadania, autoconsciência, território, gestão participativa e a preocupação com o meio ambiente, como forma de sobrevivência, através dos recursos naturais, animais, vegetais e minerais. A preocupação com a poluição do meio ambiente e com a Floresta Amazônica é um dos elementos fundamentais dos comunitários, isso porque há uma forma particular de lidar com as questões da terra e do meio.

A presença de negros e de comunidades remanescentes de quilombo por quase toda a extensão da Amazônia (e do rio Amazonas) - entre rios e cachoeiras, nas florestas mais distantes onde se aportaram, fizeram e fazem suas moradas, como forma de existência - revela não apenas sua relevância significativa, mas inscreve suas formas de lidar, tratar, conceber, vivenciar e se relacionar com os recursos hídricos e florestais; em síntese, com o meio ambiente e com a natureza, conforme já escreveram Acevedo e Castro (1998).

Na vivência diária dos quilombolas há sempre uma preocupação construída e aprendida fora do ambiente escolar que os remete a uma forma específica de se relacionar com o meio, com o território

e com a natureza. Esses aprendizados são transmitidos de pai para filho, de geração a geração “inscrevendo” sempre novas páginas do saber local, como uma ciência do concreto.

A identidade política das comunidades do médio Amazonas é marcada pela etnicidade. “A condição de etnia é traduzida pelo reconhecimento de uma origem comum e de forma de coesão, marcas da singularidade dessa ocupação no Trombetas, Erepecuru e Cuminá” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 27). Os aprendizados sobre as questões da terra, o uso de recursos e as estratégias de controle do território, contribuíram para a visão e concepção de territorialidade presentes em seus discursos, lutas e conflitos. As comunidades do interior da Amazônia ao longo de anos, décadas e séculos criaram formas de enfrentar as realidades geográficas e climáticas que envolvem meios de lidar com os imensos rios e viver em floresta densa, enfrentar chuvas, calor, umidade, extraindo da natureza o seu próprio sustendo, alimento e bebida.

A necessidade de manter sua existência levou os diversos grupos da região a inventarem e reinventarem uma diversidade de formas de lidar com as condições impostas, ou seja, as comunidades não possuem formas homogeneizadas de responder as condições dadas, assim como suas concepções não são homogêneas. O que se percebe é que entre diversas formas de conceber a relação com o meio ambiente, uma se contrapõe à outra; chegando a serem contraditórias as formas de se conceber e utilizar as possibilidades da floresta; concepções estas que envolvem conhecimentos, tradições e interesses políticos. Os posseiros⁵ dessa região tomam a agricultura e a pecuária como atividades principais, voltadas para a comercialização, no sentido oposto à tradição dos quilombolas que se preocupam com a ameaça aos recursos e a destruição do meio.



Figura 1. Rio Amazonas – território e morada de quilombos

Fonte: Assunção Amaral, 2005.



Figura 2. Tipos de casas dos quilombolas na Floresta Amazônica

Fonte: Assunção Amaral, 2004.

Os posseiros possuem uma concepção diferente de uso da terra quando comparado aos quilombolas. Para os quilombolas a terra pertence à comunidade como um todo [...] “cabendo aos indivíduos o direito de explorá-las segundo as normas e os costumes do grupo” (Manejo Quilombolas, 2000, p.12)⁶.

O zoneamento agroecológico realizado pela Embrapa evidencia estes dois sistemas diversos de exploração dos recursos naturais e seus impactos para a floresta, na medida em que demonstra que o desmatamento existente nas terras quilombolas é considerado menor do que o verificado nas áreas vizinhas (mesmo naquelas exploradas por pequenos posseiros) (Manejo Quilombola, 2000, p.12-13).

As atividades de extrativismo, pelas suas peculiaridades preservacionistas, vêm sendo desenvolvidas aproximadamente há um século na região, sem causar prejuízos ambientais a esse patrimônio natural legado pelos seus ancestrais (Manejo Quilombola, 2000, p.16).

É na concepção que os quilombolas do médio Amazonas possuem de ambiente, cultura, educação, sociedade e vida, que está a base da compreensão do universo e perspectiva epistemológica para a Amazônia, para o país e para o mundo; como se pode depreender a partir da descrição apresentada por Rosa Acevedo e Edna Castro.

Os conhecimentos das formas de manejo e de uso das espécies, de rios, lagos e solos por esses grupos de antiga ocupação têm, na nossa percepção e sensibilidade, grande importância, pois, na afirmação positiva de complementaridade e alternabilidade entre extrativismo e agricultura em sistemas ecológicos particulares (e sempre que a irracionalidade de mercado não compromete seus níveis de reprodução biológica), encontra-se a chave da economia e preservação da Amazônia. [...] Esse saber valioso sobre manejo e preservação geralmente não é incorporado pelas empresas e por órgãos oficiais, inclusive por aqueles que realizam atividades de pesquisa na Amazônia (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p.31).

Estamos, então, diante de um antigo conflito no cenário amazônico; a lógica capitalista se opondo e se impondo à lógica tradicional e todos os problemas daí decorrentes; uma voltada para a

exploração, para a racionalização, para o lucro, para o mercado e para fora; e a outra voltada para a subsistência, para atender prioritariamente os interesses da família e da comunidade, no sentido de fortalecer os laços de solidariedade, a reprodução material e simbólica da comunidade, voltada para dentro.

No primeiro caso, “agentes e estruturas que fizeram (e fazem) do extrativismo um exclusivismo econômico, organizaram essa exploração com fins lucrativos”, sem grandes preocupações com o destino do território, da floresta e do ambiente ao longo do tempo. No segundo, incluem aqueles que possuem saberes tradicionais e conhecimentos acumulados entre gerações pretéritas sobre a vida na floresta e nos rios, sobre manejo, a exemplo da “complementaridade entre tratos agrícolas e extrativistas” e sobre a preservação dos serviços ambientais que a floresta oferece ao homem.

As comunidades remanescentes de quilombo da Região Amazônica possuem formas diferentes de se relacionar com o meio ambiente quando comparadas com a sociedade urbana industrial das grandes, médias e pequenas cidades.

Essas comunidades quilombolas, em que pese sua heterogeneidade, se relacionam com a terra, a floresta, os rios e lagos como algo familiar e necessário para sua vida e existência. Como afirma um quilombola de Bom Jardim, “a natureza significa a vida porque se não tiver cuidado fica mais difícil; a tendência é piorar; é preciso zelar pelo meio ambiente” (Raimundo Edimar Guimarães, 31 anos, agricultor).

As práticas educativas, a *pedagogia comunitária*, a experiência e a *ciência do concreto*, o saber localizado no território da comunidade, ainda que aberto à sociedade envolvente tem sido a principal “escola” para a circulação do conhecimento relacionado ao meio-ambiente e para a manutenção da organização sócio-ambiental.

O domínio e o conhecimento do território, as formas de se relacionar com os “de fora” e entre si; as organizações coletivas pela afirmação étnico-racial, pela cidadania, ou pela identidade,

sejam como agricultores, lavradores, pescadores, extratores, ou como negro ou quilombola; a capacidade de relatar sua história; a forma particular de utilizar a terra, a lógica da agricultura, o domínio de ferramentas, práticas e técnicas; as diversidades das roças e principalmente das agriculturas; a preocupação com o desgaste do solo; o conhecimento sobre caça, proibição e controle; o domínio do pescado, da pesca e seu manejo; são os principais elementos que influenciam a dinâmica de preservação do meio ambiente, que significa também a própria existência, presente nas práticas vital, cultural, educativa e territorial dos quilombolas da Amazônia.

Conflitos, organização e exigências de novas políticas

No município de Santarém, localizado a oeste do estado do Pará, na região do médio Amazonas (também chamado baixo Amazonas) seis comunidades se auto-identificavam remanescentes de quilombos, ou seja, as comunidades: Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, Arapemã e Saracura⁷.

As quatro primeiras, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, se encontram em área de terra firme, embora próximas de rios e lagos; as duas últimas, Arapemã e Saracura, ficam localizadas em áreas de várzeas, banhadas pelo rio Amazonas, o que é possível visualizar no mapa abaixo.



Figura 3. Localização e distribuição das comunidades remanescentes de quilombo do município de Santarém-PA, ao longo do Rio Amazonas
Fonte: ProVárzea/IBAMA, 2005.

Os moradores dessas comunidades enfrentavam alguns conflitos que motivam suas organizações. Um desses conflitos, enfrentado pelos moradores das comunidades remanescentes de quilombo Bom Jardim e Murumurutuba, segundo as lideranças dos quilombos, era o impedimento da realização de uma estrada ligando as duas comunidades, autorizada pelo poder público, sendo que a ação foi embargada por um proprietário que possui terra próxima às comunidades. A referida estrada entre Bom Jardim e Murumurutuba, deveria ligar, ainda, as comunidades, Miritituba e Murumuru.

Estava instaurado, assim, um conflito, segundo as informações de Dileudo Guimarães dos Santos (2003), presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo de Bom Jardim (Arquibomja), e um dos representantes dessa comunidade nas reuniões pela titulação coletiva da terra.

A comunidade remanescente de quilombo Murumurutuba fica localizada próximo à comunidade remanescente de quilombo Bom Jardim, separada apenas por uma propriedade particular, de um “gaúcho”⁸, fato que acaba distanciando uma comunidade da outra, 10 km aproximadamente. O transporte coletivo entra até esta comunidade, mas os problemas enfrentados em Bom Jardim também se repetem em Murumurutuba.



Figura 4. Cercamento do campo, posse e conflito
Fonte: Assunção Amaral, 2005.

Nas demais comunidades remanescentes de quilombo, localizadas em área de terra firme, Murumuru e Tinguu, o problema da ocupação da terra por proprietários era constante, inclusive com ameaça de morte aos remanescentes, de acordo com informações obtidas no local (2003) com a liderança comunitária, Sr. Jonas Pereira, 50 anos, presidente da Associação de Remanescentes de Murumuru (ARQUIMU).

As outras duas comunidades, Saracura e Arapemã, ficam em área de várzea e sofrem com as enchentes anualmente, além de enfrentarem outros problemas; na comunidade Saracura os

moradores vivem entre o perigo da criação de gado solto que impede a plantação de qualquer tipo de agricultura, levando os moradores ao cercamento do campo com arame farpado e madeira.

A comunidade Arapemã vinha sofrendo e sentindo - por parte de uma fazendeira que possui uma faixa de terra no meio da comunidade - com a extração de barro que vem deslizando e derrubando o barranco na beira do rio, forçando a saída dos quilombolas do local de morada. Tal senhora ameaçava os moradores, além de causar grandes prejuízos ao ambiente, inibindo e evitando a movimentação de pessoas na beira do rio Amazonas onde a comunidade reside.

De acordo com a principal liderança da comunidade Bom Jardim, Sr. Dileudo Guimarães dos Santos (2003), as seis comunidades remanescentes existentes em Santarém, estavam organizadas e cada uma estava criando e/ou legalizando a sua associação de remanescente de quilombo.

Além disso, elas estavam, em 2003, em busca de parcerias e lutavam pela titulação da terra coletiva; seus representantes já haviam participado de encontros realizados nas comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná, estado do Pará, além de reunirem-se todas as segundas-feiras na cidade de Santarém. Os quilombolas organizados em Santarém estavam, ainda, mapeando a existência de outras comunidades remanescentes naquela região e município.

A formação de associação de remanescente de quilombo significa uma etapa da organização das comunidades rurais negras. É exigência para o processo de reconhecimento e titulação de suas terras, em cumprimento às conquistas constitucionais; uma etapa porque desde a década de 80 as comunidades do interior da Amazônia (principalmente do estado do Pará) vêm se organizando nos seus encontros denominado *Raízes Negras*, onde a conquista legal da demarcação das terras marca uma nova fase para as mesmas.

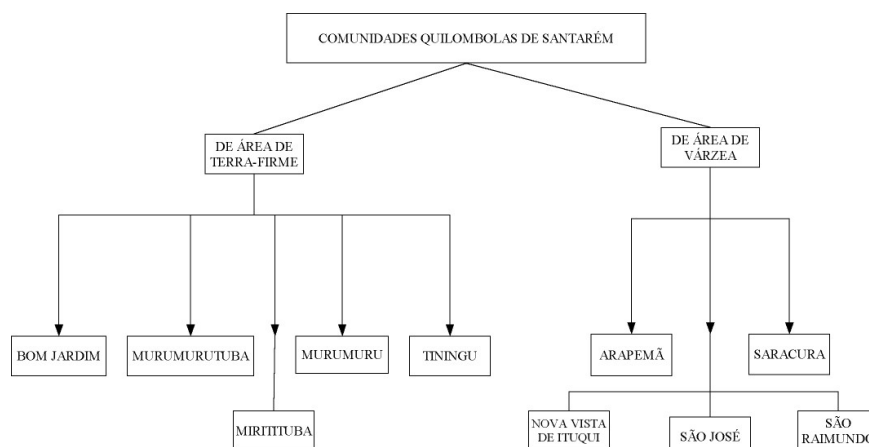


Figura 5. Organograma das comunidades quilombolas do município de Santarém.

Porém, as comunidades encontram-se em diferentes momentos de organização política pelo território; enquanto algumas estão se assumindo, descobrindo e afirmando sua identidade negra; outras estão formando associações para exigir seus direitos; outras já tiveram suas terras demarcadas, elaboram projetos com parcerias, nas áreas de agricultura, educação, comunicação, transporte, etc. A comunidade Bom Jardim estava, em 2003, criando sua associação, e isso dependia de legalização, e em 2004 estava com documentos de titulação tramitando nas instituições competentes.

Organização Cultural de um quilombo na Amazônia

As comunidades quilombolas da Amazônia não são homogêneas, mas podemos afirmar que algumas práticas sociais, culturais e ambientais estão presentes na maioria delas, como acontecem com as comunidades da região do médio Amazonas; o que nos permite falar em modo de vida quilombola.

Dezenas de quilombolas praticam agricultura, horta, roça e pequenas plantações; em algumas áreas de terra preta, como em Bom Jardim, planta-se o café. A maior parte da produção local é para consumo, mas também quando a safra é boa, vendem na ou

para a cidade; alguns produtos, a exemplo do feijão no médio Amazonas, são produzidos por algumas famílias para o comércio.

A comunidade Bom Jardim, a exemplo da maioria das comunidades quilombolas da Amazônia, usa métodos e ferramentas tradicionais na agricultura devido à tradição, ao predomínio da economia de subsistência sobre a de mercado, as dificuldades de adquirirem elementos de tecnologia moderna. Por exemplo, para plantar grãos (arroz, milho, feijão), os quilombolas de Bom Jardim usam, além de enxada, enxadeco, boca de lobo, foice e terçado, uma máquina manual.

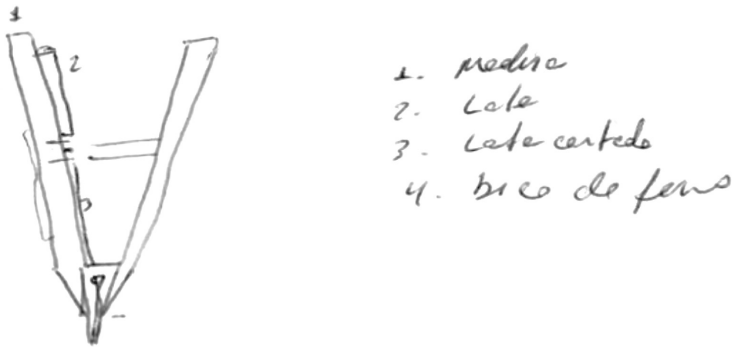


Figura 6. Máquina manual: representação do instrumento manual utilizado na agricultura – Croqui do Sr. Raimundo Silva. 2004.

A agricultura possui um papel de destaque e significativo na vida dos quilombos. Sobre a forma como os quilombolas realizam suas roças e agriculturas, obtivemos as seguintes informações: “manualmente; faz a broca (roça o mato), derruba, queima, coivara (junta os paus do meio do roçado) planta, capina”; “primeiro roça, derruba, toca fogo, faz coivara e plantação (quando chove, no inverno)”. Todos os interlocutores utilizam este mesmo sistema.

Em algumas comunidades, como Bom Jardim e Saracura, não há pessoas formadas com curso superior; também não existe nenhum técnico agrícola, engenheiro florestal ou alguém da área, que acompanhe a produção diária dos moradores; as formas de lidar com a terra, agricultura e roça, que aprenderam com seus pais e avós continuam sendo as mesmas utilizadas.

Fomos surpreendidos com o número de agricultores que revelaram não usar adubo em suas áreas de plantação; do total de moradores e pais de famílias entrevistados, em Bom Jardim, 80% responderam que não usam adubo; mas os quilombolas querem revelar que não compram adubo ou produto produzido e vendido no mercado, mas na prática revelam que utilizam o adubo natural oferecidos pela própria natureza que por ser natural acaba sendo percebido como se não existisse.

Tabela 1. Uso de agrotóxico

Usa agrotóxico no solo?	Quantidade	Percentuais
Não	16	80%
Sim	2	10%
Outros	2	10%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2004

Procuramos verificar qual preocupação dos agricultores com os desgastes ou o esgotamento do solo daquela comunidade específica. 75% dos agricultores têm algum tipo de preocupação com o meio ambiente, nesse caso particular com a produtividade do solo.

Tabela 2. Preocupação com o desgaste do solo

Há preocupação com o desgaste/esgotamento do solo?	Quantidade	Percentuais
Não	3	15%
Sim	15	75%
Outros (não tiveram problema, não usam o solo)	2	10%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2004

Com relação às preocupações com o desgaste e esgotamento da terra, os comunitários respondem que, com seus conhecimentos, a forma mais adequada para manter a terra produtiva: “todo ano a terra produz menos, percebe-se que a terra enfraquece, dá menos; deixo até um ano sem roçado, deixo o mato crescer para a terra pegar força” (Raimundo Guimarães). Essa prática aparece entre a maioria dos interlocutores envolvidos.

A pesca ocupa um papel de destaque na alimentação dos quilombolas que vivem próximos de rios e lagos. No caso de Bom Jardim, à beira do rio Maicá, que banha esta comunidade, possui muitos peixes e uma diversidade em espécie e tamanho. A criação de animais também se faz presente nos quilombos da Amazônia; há, por exemplo, em Bom Jardim, uma pequena criação de animais entre os moradores, destacando-se a criação de galinhas, cavalos, patos, além de papagaios e periquitos, estes mais para o uso doméstico do que para alimento.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades do médio Amazonas, conforme indicações dos moradores destacam-se: problemas de saúde, educação, transportes, comércio, baixa valorização dos produtos e a dificuldade de atravessar; dificuldade de comunicação (correios, telefonia etc.); a possível criação de um depósito de lixo, em um lugar denominado Estrada Nova, que irá contaminar o rio Maicá, prejudicando cinco comunidades remanescentes de quilombo.

Percebe-se que nas comunidades há diversos problemas: social, falta de infra-estrutura, onde pode ser incluído o saneamento básico, saúde, educação, transporte, comércio, comunicação, que se agravam com a distância entre as comunidades.

As diversas comunidades negras ou povoados quilombolas do interior da Amazônia não possuem postos de saúde ou pronto-socorro. O problema da falta de assistência de saúde é um fato que atinge todo o *interland* da Amazônia. A comunidade Bom Jardim, por exemplo, é assistida por um posto de saúde de outra comunidade conhecida como Jacamim, que fica a mais de 10 km de distância;

porém muitas vezes, conforme indicam os quilombolas, não possui medicamentos. As principais estratégias para os problemas de saúde e doença têm sido os conhecimentos tradicionais e seculares das ervas e dos recursos florestais do próprio ambiente, como podemos confirmar mediante uma diversidade de ervas e unguentos presentes e expressos com facilidade na língua dos populares de Bom Jardim.

Em uma pequena mostra, em contato com apenas 20 famílias, foi possível etnografar mais de 60 (sessenta) espécies diferentes de elementos, que compõem a medicina local, as quais devem ser acompanhadas de fórmulas e conhecimentos para os seus preparos. Da mesma forma que as frutas, as madeiras utilizadas das árvores locais aparecem como outra classe de recurso da vida dos quilombos. As dezenas de espécies de madeiras, classificadas e conhecidas pelos quilombolas, revelam o domínio que estes fazem do meio ambiente e da floresta.

Essa diversidade de manuseio e utilização dos recursos de uma amostra revela o conhecimento tradicional acumulado e criado através de dezenas de anos e até séculos, repassado de geração a geração, expresso na lingüística e na semântica do conhecimento popular. As comunidades remanescentes de quilombos, em que pese sua heterogeneidade, se relacionam com a terra, floresta, rios e lagos, como algo familiar e necessário para sua vida. Assim é a organização sócio-ambiental das comunidades que vivem na região do médio Amazonas e o modo de vida da maioria das comunidades de quilombo na Amazônia.

Notas

* Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais; Especialista em Educação e Problemas Regionais; Mestre em Planejamento do desenvolvimento – PLADES, Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, pelo NAEA/UFGA. E-mail: amaralilian@terra.com.br

¹ A pesquisa foi iniciada em 2003, quando tive a oportunidade de participar do *III Concurso Negro e Educação*, e ter meu projeto aprovado, entre os vinte em nível nacional, com incentivo a pesquisa, dentro das ações organizadas pela Ação Educativa e pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, voltadas para a questão dos Afro-descendentes. Aquele projeto inicial culminou com o artigo intitulado “Etnologia, Educação e Ambiente nos quilombos da Amazônia”, publicado na revista “Negro e Educação 3 – Escola, Identidade, Cultura e Políticas Públicas”; organizado pela Ação Educativa e ANPED, em 2005.

² Ao apresentar a discussão *De Pretos, Negros, Quilombos e Quilombolas*, Maristela Andrade classifica as designações que aparecem com mais frequência em documentos consultados indicativos de áreas para intervenção oficial, a exemplo de: “povoados com características negras, quilombos, comunidades negras, comunidades negras rurais, comunidades negras rurais quilombolas, territórios afro-descendentes, população afro-descendente, comunidades afro-descendentes, comunidades negras rurais de territórios afro-descendentes” (Cf. ANDRADE, 2003, p.38).

³ Para Bandeira (1990, p. 23) a emergência das comunidades rurais negra representa “uma estratégia geral de ação, objetivando ampliar as discussões dos direitos dos negros para incluir a questão das terras negras, emerge como objetivo político prioritário”.

⁴ Andrade (2003, p. 39) ao analisar as implicações dos conceitos aplicados aos quilombolas do Maranhão afirma que: “*preto*, portanto, pode ser categoria nativa, categoria de autodefinição, em muitas situações, conforme nos apontam várias etnografias realizadas no Maranhão (LINHARES, 1999; SILVA, 2001; SOUZA FILHO, 1998), mas *terra de preto*, é categoria analítica, fruto da construção de uma tipologia, a partir da generalização de traços observados em distintas observações empíricas, por diferentes pesquisadores. *Negro*, por outro lado, para os camponeses dessas áreas, pode ser considerado termo depreciativo, estigmatizante, enquanto *preto* pode ser e, no Maranhão, em muitas situações frequentemente é, categoria de auto atribuição (LINHARES, 2003: 128; SOUZA FILHO, 1998)”.

⁵ Posseiros são aqueles grupos de pessoas que se apropriaram da terra e a exploram, sem possuírem os títulos de proprietários, porém se consideram donos das terras.

⁶ Trata-se de um pequeno relatório feito pela EMBRAPA em parceria com ARQUIMO-CPI/SP, intitulado Manejo Quilombola: zoneamento agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru, em 2000.

⁷ A partir de 2004 mais quatro comunidades negras se encontravam em processo de auto-identificação, isto é, se reconhecendo e se assumindo como quilombolas. Eram as comunidades Nova Vista de Ituqui (e Tatu), Miritituba, São José e São Raimundo, todas no mesmo município e região. Estas últimas quatro comunidades não serão objeto de nossa análise neste momento.

⁸ “Gaucho” é o nome dado pelos moradores do município às pessoas que vêm do Sul ou Sudeste do Brasil no sentido de ocupar, comprar terras e investir nesta “nova” fronteira que são as regiões do baixo e médio Amazonas; os assim chamados de “gaúchos” são investidores; negociantes, pecuaristas, produtores de grãos (soja, arroz, etc.); outra distinção é que os chamados “gaúchos” são brancos ou de pele clara, identificados como na localidade como brancos.

Referências

ACEVEDO, Rosa; Castro, Edna. **Negros no Trombetas - guardiões de matas e rios**. 2ª ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Introdução; Quilombo: terra e problema. In: Jamary **dos pretos: terra de mocambeiros (Projeto Vida de Negro)**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998. (Coleção Negro Gosme, vol. 1. p. 13-25.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In. CASTRO, Edna M. R.; HÉRBETTE, Jean (orgs.). **Na Trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Cadernos NAEA, n. 10, Belém: UFPA/NAEA, 1989.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Projeto As práticas educativas e a questão ambiental entre os quilombolas do Médio Amazonas-PA**. Belém, 2003.

AMARAL, Assunção José Pureza. Etnologia, educação e ambiente nos quilombos da Amazônia. In.: OLIVEIRA, Iolanda de. **Negro e Educação: Escola, Identidade, Cultura e Políticas Públicas**. S.P: Ação Educativa, ANPED, 2005.

ANDRADE, Maristela de Paula. De pretos, negros, quilombos e quilombolas – Notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de Quilombos In **Boletim Rede Amazônia**, n. 1, Rio de Janeiro/ Belém: IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPA, 2003.

ARRUTI, José M. A. “A emergência dos remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In **Mana 3 (2) – Estudos de Antropologia Social** do PPGAS do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro: RJ, out. 1997.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. In: **Textos e Debates – Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas - UFSC: Terras e Territórios de Negros no Brasil**. Santa Catarina, ano I, n. 2, 1990. p.7-23.

BANDEIRA, Maria de Lourdes; DANTAS, Triana de V. Sodré e. Furnas de Dionísio (MS). In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org) **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. RJ: FGV, 2002.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Pará. (Secs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano. In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org) **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. RJ: FGV, 2002.

EMBRAPA et al. **Manejo quilombola: zoneamento agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru**. ARQMO-CPI/SP/EMBRAPA, 2000.

FUNES, Eurípedes Antônio. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”:** história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, SP. 1995.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia**. Florianópolis: NUAR/UFSC, 2002.

MATIELO, Benedito Aristides Riciluca; OLIVEIRA, Leinad Ayer da. Histórico. In. ANDRADE, Tânia (org.). **Quilombo em São Paulo: Tradição, direitos e lutas**. S.P. IMESP, 1997.

MOURA, Glória. Os quilombos contemporâneos e a educação In: **Humanidades – Consciência Negra**, Editora UnB, n. 47, 1999.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. RJ: FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. RJ: FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino.; CARVALHO, José Paulo Freire de. Jamay dos Pretos, Município de Turiaçu (MA). In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. RJ: FGV, 2002.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia de Letras, 1999.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Brasília MIC/SECULT, 1988.

SALLES, Vicente. **Vocabulário Crioulo: contribuição do negro ao falar regional amazônico**. Belém-Pa: IAP; Programa Raízes, 2003.

SOUZA, Vânia R. F. de Paiva e. Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE). In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. RJ: FGV, 2002.

VERGOLINO-SILVA, Anaíza. **Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia**. Publicações avulsas No 8, Belém-Pa: MPEG, 1968.

VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, A. **Napoleão. A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica.** Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. ArtigoNAEA/ Amaral 2008

Interlocutores

Dileudo Guimarães dos Santos, presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo de Bom Jardim – ARQUIBOMJA: Santarém-PA, 2003.

Ozimar S., presidente da Associação de Remanescente de Quilombo de Murumurutuba: Santarém-PA, 2003.

Jonas Pereira, 50 anos, presidente da Associação de Remanescente de Murumuru – ARQUIMU: Santarém-PA, 2003.

Zélia Amador de Deus (janeiro de 2006), militante do movimento negro no Brasil, liderança da Centro e Estudo e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA: Belém-PA, 2006.

Abstract

This work is the result of a survey which involved bibliographic review and field research in the region of Medium Amazon; the social actors involved are the quilombolas; the research environment is the region of the Medium Amazon; the proposal aims at discussing the following issue: How have quotidian practices and organization related to the occupation of the area and the use of the territory by the communities remaining from the quilombos influenced the social - environmental dynamics. Part of the data we present in this study derive from the Field research performed during the six trips made between 2003 and 2005 to the negro communities in the Municipality of Santarem-PA, especially, the remaining communities from quilombo Bom Jardim and Saracura. Although we have visited these communities many times, it was not before the fourth visit, in 2004, that we were able to spend longer periods with the inhabitants, approximately twenty days, where we had the opportunity to use questionnaires and to experience the way they deal with the political, social, cultural and environmental issues; twenty families have been selected, twenty forms have been used one for each family and direct observations took place *in locus*.

Keywords: Quilombo (hinterland settlement originally created by runaway slaves in Brazil). Organization. Amazon.